

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SAÚDE MENTAL E PRÁTICAS SOCIAIS**

Cláudia Virginia Hirsch Kopp

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO**

Santa Cruz do Sul

2023

Cláudia Virginia Hirsch Kopp

**POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO**

Trabalho de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Psicologia, Linha de Pesquisa em Práticas Clínicas Contemporâneas, Políticas Públicas e Saúde Mental, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Betina Hillesheim
Coorientadora: Prof^ª. Dra. Liane Malmann Kipper

Santa Cruz do Sul

2023

RESUMO

Este trabalho final busca discutir os desafios que o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) enfrenta para atender e encaminhar as pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. A pesquisa se fez a partir de dois eixos simultâneos de ação compreendendo a formulação de um campo de análise e de um campo de intervenção. O campo de análise se constituiu por rodas de conversa realizadas no CRAS, permeadas por discussões a respeito da inclusão social, tendo por referências reflexões realizadas por Maura Corcini Lopes, Alfredo Veiga-Neto e Adriana da Silva Thoma, além de outros pesquisadores com expertise no campo da inclusão. Os encontros oportunizaram momentos de problematizações em torno de questões pertinentes à atuação da assistência social na perspectiva das pessoas com deficiência. Por sua vez, o campo de intervenção sustentou-se em problematizar o modo como decorre este trabalho coletivo junto à equipe do CRAS, acolhendo as demandas e dificuldades locais e tecendo discussões acerca da dimensão político-institucional, buscando pensar o atendimento deste público (organização do trabalho, relações da equipe, espaço para a participação da família) e a dimensão socioassistencial. Ainda no contexto da intervenção, em um segundo momento, este campo também passou a ser composto pelo funcionamento e execução do produto técnico, pensado a partir do fluxograma para as pessoas com deficiência que desejam se inserir no mercado de trabalho. Trata-se de um aplicativo *Web* que intenta viabilizar o preenchimento das vagas exclusivas a estes indivíduos, desde o CRAS até a empresa, identificando necessidades relacionadas ao atual processo de recrutamento e seleção pelos participantes do serviço. Neste contexto, utilizamos as rodas de conversa como dispositivos de intervenção para a análise das demandas e das implicações. A pesquisa oportunizou responder às inquietações no que se refere aos serviços socioassistenciais à pessoa com deficiência.

Palavras-chave: Práticas Contemporâneas. Políticas Públicas. Centros de Referência de Assistência Social. Pessoas com deficiência. Mercado de trabalho.

SUMÁRIO

PRA NASCER UMA CANÇÃO – INTRODUÇÃO	11
2 TENHO UM CORAÇÃO DIVIDIDO ENTRE A ESPERANÇA E A RAZÃO - PNAS E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	20
3 AS ESQUINAS POR QUE PASSEI - CAMINHOS METODOLÓGICOS	25
3.1 Produção dos dados	29
4 CORAÇÃO DE ESTUDANTE – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	31
4.1 Os usuários com deficiência do CRAS	31
4.2 Processos de in/exclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho	37
4.3 Ações do CRAS	46
5 E ASSIM TER HISTÓRIA PRA CONTAR - DESCRIÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO: “PCD EMPREGOS SANTA CRUZ DO SUL”	56
5.1 Construção do produto técnico: questões preliminares	59
5.2 Desenvolvimento da API: PCD Empregos Santa Cruz do Sul	62
5.3 Estudo piloto	64
5.4 Desenvolvimento do <i>Layout</i>	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	83
ANEXOS	91
ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP	91
ANEXO B – Atestado CRAS	93
ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	94
ANEXO D – Termo cessão inventor <i>software</i> – PCD Empregos	96
ANEXO E – Entrevista Semiestruturada	99
ANEXO F – Material utilizado na primeira roda de conversa com equipe do CRAS	100
ANEXO G – Material utilizado na segunda roda de conversa com equipe do CRAS	102
ANEXO H – Material utilizado na terceira roda de conversa com equipe do CRAS	104
ANEXO I – Material utilizado na quarta roda de conversa com equipe do CRAS	105
ANEXO J – Encerramento e debate sobre o curta metragem <i>Cuerdas</i>	106
ANEXO K – Justificativa de aumento de prazo	107

PRA NASCER UMA CANÇÃO¹ – INTRODUÇÃO

A Estrada

*“Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas antes de dormir
Eu nem cochilei
Os mais belos montes escalei
Nas noites escuras de frio chorei”*

Cidade Negra

“Políticas de Assistência Social e a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho” é o título conferido a este trabalho de pesquisa desenvolvido em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Para colocar em evidência e assumir os riscos da aventura do aprender, a pesquisa teve como tema compreender como as políticas públicas de assistência social têm se voltado para a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Neste percurso, debruça-se sobre o campo da assistência social, especialmente sobre os serviços de proteção social básica relativos à pessoa com deficiência, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), na oferta dos serviços socioassistenciais no CRAS, zona Sul do Município de Santa Cruz do Sul (RS).

Entendo que a pesquisa e a escrita de um trabalho se assemelham à produção de uma música. A construção da letra, a escolha dos sons, ritmos, enfim, a melodia que irá compô-la. Como a música, preciso do balanço, da suavidade nas palavras, das maneiras diferentes de expor o que a realidade me revela. Por isso, dou início à elaboração dessa dissertação acompanhada deste tom de musicalidade que, no decorrer da escrita, será evocado com diferentes ressonâncias.

Ressalto que a caminhada da pesquisa é feita por momentos diferenciados, mas devidamente articulados que comportam: a construção de referencial teórico, a primeira aproximação do objeto de estudo, bem como o levantamento e acesso ao sistema da rede de atendimento, o qual permitiu a produção dos dados. Para tanto, elegeu-se, como sujeito da pesquisa, a equipe técnica de referência do CRAS, o qual está situado na zona Sul da cidade de Santa Cruz do Sul/RS, onde foram realizados encontros com as dinâmicas de rodas de conversas, sendo que a abordagem utilizada foi a pesquisa intervenção.

¹ Cidade Negra, 1998 (ano de divulgação)

Assim posto, abordar a temática sobre o direito à assistência social e a pessoa com deficiência e sua interface com a Política de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, teor deste trabalho, significa compreender o acesso aos direitos desse segmento por meio dos serviços socioassistenciais com base no respeito à diversidade e à dignidade, participação e equiparação de oportunidades, sob a perspectiva dos direitos humanos.

Simonelli *et al.* (2020), nos reportam à época dos movimentos sociais ocorridos nos transatos de 1980, os quais vislumbravam conquistar, para além da inserção, a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Garcia (2014), acrescenta que no transcorrer dos tempos, tais movimentos se intensificaram, ao passo que as famílias, o poder público e as organizações inseriram-se, cada um exercendo seus papéis a favor da promoção do desenvolvimento deste grupo social.

Na visão de França, Pagliuca e Baptista (2008), essa mobilização conjunta constituída por diversos atores, contribuiu fortemente para a causa, visto que o Estado tomou frente e deu início à construção de políticas públicas de proteção social direcionadas às necessidades das pessoas com deficiência. Tanto que, a partir da Constituição Federal de 1988, assim como em outros segmentos da diversidade, leis com vistas à promoção dos direitos humanos e sociais destas pessoas foram, efetivamente, aprovadas (Freitas, 2015).

Por sua vez, Haber (2012) defende a importância da contratação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro, não só para a geração de empregos e o desenvolvimento econômico do país, como também para o fortalecimento da dignidade, da igualdade de direitos e da inclusão social. Em contraponto, Batista (2000) ressalta que a carência de qualificação observada neste grupo, configura-se um dos fatores determinantes favoráveis à baixa adesão e à exclusão no mercado de trabalho, impedindo o preenchimento das vagas ofertadas por estas pessoas.

Discorrer acerca do processo inclusivo da pessoa com deficiência e o acesso aos serviços socioassistenciais é um desafio, pois é a partir dessa discussão que se tem a oportunidade de conhecer a efetivação e articulação da Política Nacional de Assistência Social/SUAS nos espaços das unidades de assistência social, CRAS, nas experiências de atendimento, com interface com o disposto na PNAS/Tipificação dos serviços socioassistenciais.

Face ao exposto, este estudo elege como objetivo geral: analisar como as políticas públicas de assistência social têm se voltado para a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, à luz do que preconiza a PNAS/2004 e o SUAS/2005. Para tanto, os

objetivos específicos são: 1) compreender a estrutura do serviço ofertado às pessoas com deficiência atendidas nos CRAS orientações e encaminhamentos nesse território e 2) identificar a percepção da equipe técnica referenciada acerca das leis de proteção à pessoa com deficiência nos serviços e programas ofertados no CRAS.

Nesse meu percurso, vivências, saberes e análises de diferentes realidades vão somando-se para constituir-me em uma melhor profissional, porque acredito que nossas escolhas profissionais e acadêmicas estejam relacionadas com as vivências cotidianas que temos ao longo da vida. E assim, recordo esse período marcado por idas e vindas a diferentes escolas onde atuei, bem como cursos de especialização realizados a fim de obter conhecimento e aprendizagem sobre inclusão e processos inclusivos.

O meu esforço é fazer com que a configuração investigativa, inerente a um tipo de produção acadêmica como esta, possa aproximar-se ao que a música como arte nos revela e, assim, com suas diferentes melodias, possa guiar as palavras que escrevo aqui. Nesse balanço, no capítulo presente, exponho minhas implicações profissionais que justificam as direções percorridas na pesquisa aqui exposta.

Há dez anos (2013), me encontrava escrevendo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com a mesma temática “*Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho*”, no curso de especialização sobre Ética, Educação e Direitos Humanos da UFRGS, sob orientação da professora Dra. Adriana da Silva Thoma (in memoriam). Gostaria aqui de homenageá-la com a seguinte mensagem que ela escreveu no meu trabalho no dia que aprovou para ser apresentado à banca.

*“Agradeça a vida pela coragem,
E ao Universo pela oportunidade...
Quero te ver no mestrado
defendendo essa causa”*

Adriana da Silva Thoma



Agora, em outros tempos e lugares, aqui estou de novo, mas dessa vez com outras experiências, outras vivências, desafios e perspectivas: tornar-me mestre em Psicologia, em um programa profissional. O curso de mestrado mostrou-me mais que resultados de uma pesquisa, mas sim aprender os caminhos da pesquisa. Mostrou o quanto crescemos profissionalmente e o quanto temos de base teórica e empírica para acrescentar a nossa prática docente. Isso tudo sem mencionar a grata satisfação de poder ter estado ao lado de pessoas especiais, tanto intelectual, quanto pessoalmente, estas subjetividades dos nossos caminhos.

Gratificante foi também poder, durante dois anos, trocar ideias e aprender muito com minha orientadora, a Prof^ª. Dra. Betina Hillesheim. E, principalmente, gratificantes foram as oportunidades e trocas de experiências que aconteceram, sempre me convidando a crescer e aproveitar todas as oportunidades que o mestrado me ofereceu, propiciando uma aproximação com as políticas públicas da assistência social, que têm um papel tão importante dentro da escola.

Neste momento, vem em minha memória parte de minha trajetória profissional, demonstrando os fatos que direcionaram minha escolha de prosseguir na vida acadêmica em nível de mestrado e de (re)pensar a temática da inclusão e os processos inclusivos na perspectiva da pessoa com deficiência no mercado de trabalho a partir das políticas públicas em Assistência Social, apaixonada em meus propósitos de investigação.

As memórias que registro aqui terão o olhar para meus tempos de infância e acadêmicos. Sou graduada em Pedagogia - Licenciatura Plena Educação Especial - realizada na Universidade de Santa Cruz do Sul. No entanto, na medida em que esses tempos são trazidos à tona, inevitavelmente, outras memórias também vão sendo incluídas, pois são pertencentes e traduzem a “*Estrada*” por onde percorri. A docência, para mim, é uma descoberta diária. Sinto-me muito realizada em fazer parte das descobertas dos educandos. As descobertas deles completam as minhas. Costumo dizer que ser professora é meu jeito de ser no mundo. Eu não sei que outra carreira me daria o grande prazer de olhar para um grupo de pessoas que escolheu o caminho da aprendizagem. Não quero parecer panfletária ao dizer isso, mas, o que vejo num grupo de alunos são pessoas querendo se aprimorar intelectual, cultural e socialmente independente de suas condições. Vejo potencial em cada aluno, cada um ao seu modo, cada um moldado por sua história em busca de uma condição cidadã mais justa.

O que busco agora é dar lugar ao que rouba meu sono e se constitui no motivo de minha pesquisa. A pesquisa organizada e acompanhada possibilita olhar de novo para algumas das tantas crianças e adolescentes e situações que fui e vou encontrando neste percurso, que parece longo ao ver as datas na linha do tempo, mas curto nas voltas da lembrança.

Esse meu olhar crítico, sempre inquieto, perguntante, levou-me à docência e a atuar nas salas de recursos multifuncional, trabalhando a inclusão e os processos inclusivos na rede pública de ensino, ocupada em entender o que se passa com aqueles estudantes que não se enquadram na dita normalidade. São tantos os que venho encontrando em meu caminho e que não têm lugar na escola da norma que, errantes, acabam por se alojar em meus pensamentos, meu coração, meu fazer cotidiano.

São tempos de minha infância, da Cláudia criança repetente da turma da 3ª série, antigo primário, desenhando “*cobrinhas*” e preenchendo “*pontilhados*” porque não aprendia a ler e a escrever, mas que via (e hoje entende) os ajustes da escola na rotina da normalização. Em minha constituição como ensinante e aprendente (são dois em mim que se entrelaçam), tive como primeira ensinante minha madrinha de batismo, que tinha muitos livros e enciclopédias na sala da sua casa. Ela me disse, certa vez, com ritual de prognóstico (bem)dito, que aqueles livros velhos no alto da estante ainda seriam, um dia, lidos por mim e se tornariam meus companheiros de trajetória.

Como se fosse rádio/novela, lia ela para nós, meus três irmãos menores e eu, um capítulo por dia de “*Reinações de Narizinho*”, de Monteiro Lobato. Deixava a curiosidade

bem plantada. Não era só a desconfiança de que algo muito importante haveria naqueles “rabiscos” que compunham os livros e ocupavam seu tempo mais que atento. Sim, aqueles livros velhos e gordos do alto da estante deviam ser muito importantes.

A entrada na escola do município, nesta pequena cidade do interior, todavia, marcou um descompasso, trazendo muito pouco de alegria às promessas imaginadas pela dedicação que via em minha madrinha como professora. Sei hoje que, o que me foi disponibilizado em termos de escola não surpreende a nenhum educador, mas quem viveu isso fui eu, sentindo a dor naquela época, porque não tinha nenhum conforto, como ainda não tem.

Nenhuma desculpa pode ser dada a uma escola que não acolhe e não faz ensinar. Boas lembranças? Tenho, sim. Mas são as marcas de algumas dores que funcionam como dispositivos de sensibilidade ao tema desta pesquisa. Na terceira série, ocupamos uma sala multisseriada que era muito pequena e tinha janelas só no alto. Não podíamos olhar para fora. A professora estava sempre exaltada. Quando cheguei na quarta série, ainda não dominava por completo a leitura e a escrita e, a professora colocava “*chapéu de burro*” nos alunos que não conseguiam realizar as atividades conforme ela exigia. Numa sexta-feira, fiquei de “*castigo*” porque não consegui escrever sobre uma imagem que mostrava um lago, algumas árvores e dois patinhos nadando... Por esse motivo, fui a primeira da classe a ter que usar o “*chapéu de burro*” na frente de todos. Só alguns ganhavam os encantos da professora, sendo que aqueles capazes de ler podiam ser os ajudantes do dia.

Deste modo, os meus primeiros anos escolares foram aos tropeços, claudicantes; outros tantos colegas, assim como eu, ficaram pelo caminho. Meus pais, agricultores, então decidiram o que consideravam melhor para mim: como eu não aprendia, acharam melhor me tirarem da escola e trabalhar junto com eles em casa e na lavoura. O tempo passou, eu cresci e fui atrás dos meus objetivos e sonhos. Tive muitos desafios e motivos para desistir, mas uma força interior me acompanhou e me tornei essa pessoa, professora de Educação Especial que agora escreve este texto.

Talvez alguns leitores dessa minha escrita podem estar a se perguntar: por que lembrar histórias antigas? Respondo: porque latejam e estão em mim há muito tempo. Porque histórias semelhantes à minha, ainda estão na escola. São estas histórias que me levaram a concluir o antigo magistério, na década de 90, e, em seguida, a prestar concurso público e iniciar minha caminhada docente. Nessa “*estrada*”, um dos grandes desafios foi a tentativa de aproximar a Educação e a Assistência Social. Para tanto, escolhas foram necessárias e isto me levou a concentrar a investigação acerca da inclusão de pessoas com deficiência e sua inserção ao mercado de trabalho a partir das políticas públicas de Assistência Social. Afinal, como

professora de sala de recursos numa escola localizada em uma região vulnerável no município de Santa Cruz do Sul/RS, são muitas as famílias que necessitam dos serviços da assistência social, sendo vários os encaminhamentos realizados para que estes cidadãos tenham uma vida mais digna, (bolsa família, serviço de atendimento psicológico, cesta básica, Benefício de Prestação Continuada (BPC), dentre outros).

Além disso, destaco como de fundamental importância essa aproximação com as famílias que se encontram nessa condição e que, nas trocas, na exposição das dúvidas, nas inquietações e nas dificuldades, possibilitam o fortalecimento dos passos para prosseguirmos juntos. Como registrei no início do texto, algumas memórias precisam vir à tona, pois são constituidoras da minha caminhada profissional e, nesse caso, pessoal também. São tempos em que movimentos de avanços e retrocessos andam lado a lado, mas que, de nenhuma forma, me levam a desistir do meu propósito.

Seguindo na minha caminhada enquanto professora de educação especial, ressalto a importância em atender e orientar as famílias. Dessa forma, identificar a necessidade da escola em zelar e defender a garantia de direitos das pessoas com deficiência, trabalhando para que haja eliminação de privações, barreiras físicas e preconceituosas a fim de que estas pessoas procurem se desenvolver na sua totalidade, elevando sua autoestima e reconhecendo que são capazes de fazer parte da sociedade de maneira ativamente consistente, e o mais autonomamente possível.

Nessa perspectiva, a escola é um dos principais equipamentos sociais. São instituições onde se deve elaborar o conhecimento e os valores sociais dos sujeitos, pois assim teremos uma sociedade mais igualitária, ciente de seus direitos e deveres, tomando como base a Educação Inclusiva, procurando englobar as esferas políticas, econômicas e sociais.

A escola é um local propício para observarmos a diversidade humana e a heterogeneidade que as compõem. Quanto mais diversificado for um público a ser atendido, maior deverão ser as possibilidades e estratégias para alcançar suas necessidades e reconhecer suas potencialidades. Incluir uma criança com deficiência em sala de aula atendendo às suas reais necessidades não é tarefa fácil, mas nem por isso deve deixar de acontecer, pois deverá ser resguardado o seu direito a condições de acesso e permanência na escola. E existem formas de realizar tal feito, tais como a sensibilização da população, a efetivação de políticas públicas de inclusão, o acompanhamento especializado.

Percebe-se ainda no chão da escola que um dos principais obstáculos observados para a inclusão das crianças com deficiência no ensino regular permanece sendo a falta de informação, visto que muitos profissionais da escola pública não acreditam que possa haver

uma Educação Inclusiva, com concepções equivocadas acerca da capacidade dessas crianças, configurando-se em um cenário onde as ações ainda se encontram inadequadas, revelando a compreensão insuficiente ou equivocada do processo de desenvolvimento de cada criança.

A partir disso, aproveito para referenciar a importância na educação do serviço das salas de recursos, cenário este onde me encontro, falo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que contempla um público-alvo composto por educandos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexias, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). O AEE é pertencente a uma modalidade da Educação Inclusiva, caracterizando-se como sendo um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, levando em consideração suas necessidades específicas, ele deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciam das realizadas em salas de aula de ensino comum (MEC, 2008).

A inclusão, apesar de configurar-se como sendo um desafio, em todos os sentidos, tanto na questão pedagógica como no espaço físico acessível, às escolas públicas contam hoje com os profissionais das salas de recursos bem como com as políticas públicas de inclusão, que juntos procuram viabilizar a inclusão de crianças com deficiência no Ensino Regular. Diante dessa prática educativa, respeitando-se as individualidades, focando-se nas potencialidades e não só nas limitações dos alunos, o processo passa a ser gradativo, compensador e eficaz (MAZZOTA, 2005).

Dessa forma, como funcionária pública pertencente à esfera da Educação, as contribuições das salas de recursos na área da Educação Inclusiva se concretizam pela conscientização, acesso, ingresso, permanência e sucesso da criança com deficiência ou transtornos no ensino regular, bem como na mediação e intervenção da relação família-escola-comunidade. Expõe-se aqui a importância da articulação do trabalho do AEE e a Educação Inclusiva, pois juntos contribuem para o fortalecimento das ações que tornam a educação uma prática de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais. Além disso, quando estas crianças e adolescentes tornam-se adultos, a sua inserção no mercado de trabalho é um passo importante para sua inclusão social.

A partir destas considerações iniciais, o trabalho se organiza da seguinte forma: no capítulo I, introduz-se a escrita do estudo que busca discutir os desafios que o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) enfrenta para atender e encaminhar as pessoas com deficiência ao mercado de trabalho, no capítulo II discute-se os principais marcos legais

voltados para as pessoas com deficiência e sua inserção no mercado de trabalho; no capítulo III descreve-se os caminhos metodológicos percorridos no decurso da pesquisa; no capítulo IV traz-se a discussão dos dados a partir de três marcadores de análise centrais (usuários com deficiência do CRAS, processos de in/exclusão das PcD no mercado de trabalho e as ações do CRAS), no capítulo V, apresenta-se a fundamentação teórica e construção do produto técnico, no capítulo VI apresenta-se o artigo científico que discute a temática da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) e a inclusão das pessoas com deficiência como um meio avaliativo de se efetivar as políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, T. P. C. de.; VILARDO, M. A. T.; FERREIRA, A. P. Acesso das pessoas com deficiência mental aos direitos e garantias previstos na Lei Brasileira de Inclusão por meio do Sistema Único de Assistência Social. *Saúde em Debate*, v. 43, n. spe4, p. 190–206, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S416>. Acesso em: 21 set. 2023.
- AMÂNCIO, D. L. P.; MENDES, D. C. Pessoas com deficiência e ambiente de trabalho: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 29, p. e0140, 2023. <https://doi.org/10.1590/1980-54702023v29e0140>. Acesso em: 22 set. 2023.
- ANDRADE, D. da S. *et al.* O papel do assistente social na luta dos direitos de pessoas com deficiência (PCD). *RevistaFT, Ciências Sociais Aplicadas*, Ed. 123, jun. 2023. <https://revistaft.com.br/o-papel-do-assistente-social-na-luta-dos-direitos-de-pessoas-com-deficiencia-pcd/>. Acesso em: 22 set. 2023.
- AOKI, M. *et al.* Pessoas com Deficiência e a Construção de Estratégias Comunitárias para Promover a Participação no Mundo do Trabalho. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, n. 4, p. 517–534, out. 2018. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000500004>. Acesso em: 21 set. 2023.
- AZZI, S. Trabalho docente: autonomia didática e construção do saber pedagógico. In: PIMENTA, S. G. (org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 39-69.
- BARROS, M. Memórias inventadas – As Infâncias de Manoel de Barros; São Paulo: Planeta do Brasil, p. 47, 2010.
- BARROS, R. B. de.; KASTRUP, V. Método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 52-75.
- BASTOS, O. M.; DESLANDES, S. F. Sexualidade e o adolescente com deficiência mental: uma revisão bibliográfica. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 2, p. 389–397, abr. 2005. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000200017>. Acesso em: 25 set. 2023.
- BATISTA, C. A. M. (Org.); TOMASINI, M. E. (Org.); ARCHER, M. R. (Org.); SASSAKI, R. (Org.); BRANDAO, T. (Org.). *Inclusão dá Trabalho*. 1. ed. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, v. 1, 2000.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2007.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Decreto nº 7612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional do direito da Pessoa com Deficiência – Plano Viver em Limite. Presidência da República, Casa Civil. Brasília: DF, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República; Casa Civil. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Diário Oficial da União, 15 de agosto de 2018.

BRASIL. Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior (CAPES). Produção Técnica, 2019, 81 p.

BRASIL. Ministério da Educação. PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008, 127 p.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. BPC 2015: Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. Brasília, DF: abr. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasil. Sistema Único de Assistência Social, Proteção Social Básica, 2009.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo: tem seu texto aprovado pelo Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008 e tem sua entrada em vigor pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Brasília, 2010. 100p.

CAMATTA, M. W.; TOCANTINS, F. R.; SCHNEIDER, J. F. Ações de saúde mental na Estratégia Saúde da Família: Expectativas de familiares. *Escola Anna Nery*, v. 20, n. 2, p. 281-288, 2016. <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20160038>. Acesso em: 16 set. 2023.

- CARDOSO JR, J. C. R, JACCOUD, L. Políticas Sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: Jaccoud L, organizador. *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2009, p. 181-260.
- CHASSOT, C. S.; SILVA, R. A. N. A pesquisa-intervenção participativa como estratégia metodológica. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, e181737, 2018. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30181737>. Acesso em: 22 set. 2023.
- COSTA, N. de R. *et al.* Proteção social e pessoa com deficiência no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 10, p. 3037–3047, out. 2016. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.18292016>. Acesso em: 22 set. 2023.
- COSTA, N. do R. Burocracia pública e política social no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 11, p. 3505–3514, nov. 2017. <https://doi.org/10.1590/1413-812320172211.19952017>. Acesso em: 23 set. 2023.
- DEFICIENTE ONLINE. Página Inicial. <<https://www.deficienteonline.com.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- DESPA, M. L. Comparative study on software development methodologies. *Database Systems Journal*, v. 5, n. 3, 2014. https://www.dbjournal.ro/archive/17/17_4.pdf. Acesso em: 11 nov. 2023.
- DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; SQUINCA, F. Reflexões sobre a versão em Português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, n. 10, p. 2507–2510, out. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007001000025>. Acesso em: 20 set. 2023.
- DRESCH, A.; LACERDA, D. P.; MIGUEL, P. A. C. Uma Análise Distintiva entre o Estudo de Caso, A Pesquisa-Ação e a *Design Science Research*. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 17, n. 56, p. 1116–1133, abr. 2015. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v17i56.2069>. Acesso em: 21 set. 2023.
- FEMINELLA, A. P.; LOPES L. F. Disposições Gerais/Da Igualdade e da não Discriminação e Cadastro-Inclusão. In: SETUBAL, J. M.; FAYAN, R. A. C. (org.). *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Comentada*. Campinas: Fundação FEAC, p. 9-32, 2016.
- FERNANDES, V. de S.; LEONIDAS, C. Acompanhamento familiar no CRAS segundo familiares de usuários do Benefício de Prestação Continuada. *Revista da SPAGESP*, v. 22, n. 2, p. 89-103. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702021000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2023.
- FERREIRA, D. S.; RAMOS, F. R. S.; TEIXEIRA, E. Aplicativo móvel para a práxis educativa de enfermeiros da estratégia saúde da família: ideiação e prototipagem. *Escola Anna Nery*, v. 25, 2020. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0329>. Acesso em: 17 set. 2023.

FISCHER, M. C. B.; FRANZOI, N. L. Formação humana e educação profissional diálogos possíveis. *Revista Educação, Sociedade & Culturas*, n. 29, p. 35-51, 2009.

<https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf>. Acesso em: 18 set. 2023.

FRANÇA, I. S. X. de.; PAGLIUCA, L. M. F.; BAPTISTA, R. S. Policies for the inclusion of disabled people: limits and possibilities. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 21, n. 1, p. 112–116, jan. 2008. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002008000100018>. Acesso em: 23 set. 2023.

FREITAS, M. E. de. Contexto, Políticas Públicas e Práticas Empresariais no Tratamento da Diversidade no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social, [S. l.]*, v. 4, n. 3, 2015. <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/13362>. Acesso em: 20 set. 2023.

GARCIA, M. S. dos S.; BECKER, J.; SILVA, W. R. da. Dispositivos móveis como promotores de inclusão social. Atena Editora Copyright do Texto©. Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira, p. 97, 2020.

GARCIA, V. G. Panorama da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 12, n. 1, p. 165-187, 2014.

<https://doi.org/10.1590/S1981-77462014000100010>. Acesso em: 21 set. 2023.

GERMOSGESCHI, P. Pessoas com deficiência no brasil: quais os seus direitos? Curso de Redação Professora Priscila Germosgeschi, 2021.

GUPY. Página Inicial. Disponível em: <<https://www.gupy.io/>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

HABER, J. A Inclusão de Profissionais com Deficiência no Mercado de Trabalho. RH Inclusivo, 2012.

HATTGE, M. D.; SCHWERTNER, S. F. Inclusão escolar: um itinerário de formação docente. In: HATTGE, M. D.; SANTOS, F. K. dos.; COSTA, D. M. (Org.) – Lajeado: Editora Univates, 2020. 104 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: 2010.

INFOJOBS. Página Inicial. Disponível em: <<https://www.infojobs.com.br/>>. Acesso em: 10. nov. 2023

IVO, A.B.L.; SILVA, A.B.A. O Hiato do Direito Dentro do Direito: os excluídos do BPC. *Revista Katálisis*, v. 14, n. 1, p. 32-40, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000100004>. Acesso em: 21 set. 2023.

JANUZZI, G. S. M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

LASTA, L. L.; HILLESHEIM, B. Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. spe, p. 140–149, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500015>. Acesso em: 22 set. 2023.

LEONIDAS, C.; SANTOS, M. A. Relações familiares: O genograma como instrumento de investigação. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 5, p. 1435-1447. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015205.07802014>. Acesso em: 20 set. 2023.

LOPES, M. C. Políticas de inclusão e governamentalidade. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 153-169, 2009. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8297>. Acesso em: 19 set. 2023.

LOPES, M. C.; THOMA, A. da S. Subjectivation, normalisation et constitution de l'éthos sourd: politiques publiques et paradoxes contemporains. *La Nouvelle Revue de l'Adaptation et de la Scolarisation*, v. 1, p. 105- 116, 2013. https://www.researchgate.net/publication/322128131_Subjectivation_normalisation_et_constitution_de_l%27ethos_sourd_politiques_publicques_et_paradoxes_contemporainshttps://www.researchgate.net/publication/322128131_Subjectivation_normalisation_et_constitution_de_l%27ethos_sourd_politiques_publicques_et_paradoxes_contemporains. Acesso em: 20 set. 2023.

MACHADO, R.F.S.; SOUZA, M. M. Uma análise exploratória de ferramentas de prototipação de software. Association for Computing Machinery, Online, 18 out 2021. https://www.unifal-mg.edu.br/dcc/wp-content/uploads/sites/221/2022/01/TCC_RafaelFelipeDosSantosMachado.pdf. Acesso em: 11 nov. 2023.

MARTINS, F. M. S. *et al.* Direitos Humanos e Inclusão: uma breve reflexão. II Congresso Internacional de Educação Inclusiva, nov. 2016. https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD4_SA12_ID3762_23102016224806.pdf. Acesso em: 21 set. 2023.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MISKOLCI, R. Reflexões sobre normalidade e desvio social. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 7, n. 13, 2007. <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/169>. Acesso em: 23 set. 2023.

MORAES, D. A; PISA, I. T.; LOPES, P. R. I. Protótipo para coleta de informações em saúde utilizando dispositivos móveis. In: *Congresso Brasileiro de Informática em Saúde*, 9., 2004, Ribeirão Preto. Anais [...]. Ribeirão Preto, 2004. p. 1-4.

MOREIRA, G. E. O ensino de matemática para alunos surdos: dentro e fora do texto em contexto. *Educação Matemática Pesquisa*, v. 18, n. 2, São Paulo, p. 741-757, 2016. <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/23486>. Acesso em: 23 set. 2023.

NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (orgs.). Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas. Salvador: EDUFBA, 2009, 400 p. Available from: SciELO Books.

NASCIMENTO, M. L.; LEMOS, F. C. S. A pesquisa-intervenção em psicologia: os usos do diário de campo. *Barbarói*, v. 57, p. 239-253, 2020. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i57.14675>. Acesso em: 21 set. 2023.

NASCIMENTO, P.A. M. M.; BAHIA, M. S.; CUNHA, M. A. O benefício de prestação continuada como entrave à inclusão da pessoa com deficiência no mercado formal de trabalho: uma proposta de modificação da Lei N. ° 8.742/93 (Loas). In: *VI Conferência Regional De Istr Para América Latina y el Caribe 2007*, Nov 8-11, Salvador, Bahia, Brasil: 2007; 93:1-16.

NAWAZ, M. S. *et al.* A study on application programming interface recommendation: state-of-the-art techniques, challenges and future directions. *Library Hi Tech*, v. 41, n. 2, p. 355-385, 2023.
https://www.researchgate.net/publication/362778413_A_study_on_application_programming_interface_recommendation_stat. Acesso em: 17 set. 2023.

NÓVOA, A. Por que não fazemos aquilo que dizemos que é preciso fazer? In: *Congresso Internacional sobre professores principiantes e inserção profissional à docência*, 4, Curitiba, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 23 set. 2023.

PAGLIALONGA, A.; LUGO, A.; SANTORO, E. An overview on the emerging area of identification, characterization, and assessment of health apps. *Journal of Biomedical Informatics*, v. 83, p. 97-102, 2018. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29852318/>. Acesso em: 17 set. 2023.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A. Construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 16, n. 1, p. 71-79, 2000. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722000000100010>. Acesso em: 19 set. 2023.

PINOCHET, L. H. C.; LOPES, A. de S.; SILVA, J. S. Inovações e tendências aplicadas nas tecnologias de informação e comunicação na gestão da saúde. *Revista de Gestão em Sistemas de Saúde*, v. 3, n. 2, p. 11-29, 2014. <https://doi.org/10.5585/rgss.v3i2.88>. Acesso em: 18 set. 2023.

POUPART, J. *et al.* A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, 464 p. (Coleção Sociologia).

PRESSMAN, R. G.; MAXIM, B. R. Engenharia e *Software*: uma abordagem profissional. 9 Ed. Porto Alegre, RS: AMGH, 2021, 704 p.

RAMIRES, V. R. R.; FALCKE, D. Fatores de risco e proteção para vínculos familiares no sul do Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 20, n. 1, 126-140, 2018.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872018000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 set. 2023.

RIBEIRO, A. M.; COSENZA, R. M. Envelhecimento normal do sistema nervoso. In: MALLOY-DINIZ, L. F.; FUENTES, D.; COSENZA, R. M. (orgs). *Neuropsicologia do Envelhecimento: uma abordagem multidimensional*. Porto Alegre: Artmed, 2013.

ROMAGNOLI, R. C. As relações entre as famílias e a equipe do CRAS. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, n. 2, p. 214-222, 2018. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5516>. Acesso em: 19 set. 2023.

ROSS, P. R. Da condição social da deficiência à liberdade: uma trajetória acadêmica. *Educar em Revista*, v. 35, n. 76, p. 371–389, jul. 2019. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.60446>. Acesso em: 22 set. 2023.

SALEN, K.; ZIMMERMAN, E. Regras do jogo: fundamentos do design de jogos.

SANTA CRUZ DO SUL. Resolução Nº 21, de 25 de agosto de 2022. Estabelece critérios e prazos para a concessão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social no Município de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: CMAS, 2022, 5 p.

SANTOS, S. A. S. dos.; FARIAS, D. C. Atuação do serviço social junto às pessoas com deficiência na educação especial: desafios e perspectivas. Caderno Humanidades em Perspectivas, Edição Especial, out. 2019.

<https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/1194>. Acesso em: 21 set. 2023.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SCHERER, R. P.; GRÄFF, P. Das adaptações às flexibilizações curriculares: uma análise de documentos legais e revistas pedagógicas. *E-Curriculum: Programa e Pós-Graduação em Educação: Currículo*, PUC São Paulo, 2017.

SCHIBULSKI, C. B. et al. Atuação do psicólogo frente às demandas em unidades do CRAS. *Psicologia Argumento*, v. 35, n. 88, p. 98-113, 2017.

<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-973016>. Acesso em: 22 set. 2023.

SEBRAE. Políticas Públicas: conceitos e práticas/supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: Sebrae/MG, p.48, 2008.

SILVA, E. F. e.; ELIAS, L. C. dos S. Habilidades Sociais de Pais, Professores e Alunos com Deficiência Intelectual em Inclusão Escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n. 4, p. 605–622, out. 2020. <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e9997>. Acesso em: 23 set. 2023.

SIMONELLI, A. P. et al. Enquadramento da temática da inclusão de pessoas com deficiência no trabalho em Jornal de grande circulação do estado do Paraná de 1991 a 2016. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 28, n. 2, p. 452-466, 2020.

<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1988>. Acesso em: 21 set. 2023.

SOARES, A. H. R.; MOREIRA, M. C. N.; MONTEIRO, L. M. C. Jovens portadores de deficiência: sexualidade e estigma. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, n. 1, p. 185–194, jan. 2008. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000100023>. Acesso em: 19 set. 2023.

SOUZA, R. F.; NUNES, D. R. P. Transtornos do processamento sensorial no autismo: algumas considerações. *Revista Educação Especial*, v. 32, Santa Maria, 2022. <https://doi.org/10.5902/1984686X30374>. Acesso em: 24 set. 2023.

SOUZA, S. R.; NUNES, N. A. Analysis of social technology in Brazil: a bibliometric survey. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 2, p. 14720-14734, 2022. <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/44548>. Acesso em: 22 set. 2023.

VEIGA-NETO, A. “Incluir para excluir”. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (org.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 105-118.

VEIGA-NETO, A. Neoliberalismo, império e políticas de inclusão: problematizações iniciais. In: RECHICO, C. F.; FORTES, V. G. (Org.). *A educação e a inclusão na contemporaneidade*. Boa Vista: UFRR, 2008. p. 11-28.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, p. 947–963, out. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300015>. Acesso em: 20 set. 2023.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Gubernamentalidad, biopolítica e inclusión. In: SALCEDO, R. A. C.; DÍAZ, D. L. M. (Org.). *Gubernamentalidad y Educación: discusiones contemporâneas*. Bogotá/Colombia: Instituto para la Investigación Educativa y el Desarrollo Pedagógico (IDEP), 2011. p. 105-126

WORDPRESS. Gutena Forms. <https://wordpress.org/plugins/gutena-forms/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

WORDPRESS. Página Inicial. <https://br.wordpress.org/>. Acesso em: 20 set. 2023.